ATA NÚMERO DEZASSETE

------- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. ----------

------- Aos dezassete dias do mês de Junho de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos. ----------

------- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. ----------

------- Ponto Um Ponto Um) - Leitura resumida do expediente. ----------

------- Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e votação das atas da sessão de vinte e cinco de Abril de dois mil e dezasseis. ----------

------- Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções. ----------

------- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. ----------

------- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. ----------

------- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação da Modificação número:13 – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 3 do ano contabilístico de 2016.----------

------- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação da Modificação número:13 – Revisão ao Orçamento da Despesa número 3 do ano contabilístico de 2016. ----------

------- Ponto Dois Ponto Quatro) – Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano – Apreciação e votação da Proposta de Transmissão de Ações da Resíduos do Nordeste para o Município de Vimioso. ----------

------- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2015. ----------

------- Ponto Dois Ponto Seis) - Apreciação e votação da Consolidação de Contas de 2015 do Município de Vimioso. ----------

------- Ponto Dois Ponto Sete) – Conhecimento da Certificação Legal das Contas Consolidadas 2015 do Município de Vimioso. ----------

------- Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e votação Processo de Adesão do Município de Vimioso à ATP - Associação das Termas de Portugal – apreciação e votação da Assembleia Municipal à necessidade de apresentação dos documentos referidos, pedidos pelo Tribunal de Contas. ----------

------- Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e votação da Proposta do Memorando de Entendimento relativo à agregação dos Sistemas de Água e Saneamento dos municípios que integram a CIM-TTM. ----------

----

----- Ponto Dois Ponto Dez) – Apreciação e votação da Modificação número:15 – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 4 do ano contabilístico de 2016. ----------

------- Ponto Dois Ponto Onze) – Apreciação e votação da Modificação número:15 – Revisão ao Orçamento da Despesa número 4 do ano contabilístico de 2016----------

------- Ponto Dois Ponto Doze) – Conhecimento da assinatura do Acordo por termo à Ação Comum – Helicóptero de Macedo de Cavaleiros. ----------

------- Ponto Dois Ponto Treze) – Outros assuntos de interesse para o Município. ----------

------- Ponto Três) - PERÍODO APÒS A ORDEM DO DIA. ----------

------- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. O senhor segundo secretário verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal: Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Carlos Manuel Ataíde Fernandes, Manuel Fernandes Oliveira, António Emílio Dias, Aníbal Alves do Rosário, José Manuel Granado Afonso, Maria Merência dos Reis Rodrigues Machado, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, José António Vara Freire, Luís Manuel Tomé Fernandes, José Manuel Miranda, Manuel João Fernandes Preto, Antó-

nio dos Santos João Vaz, Natalina Neves Pires, Manuel Pascoal Lopes Padrão, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado e José Manuel Alves Ventura. ----------

------- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins e os Senhores Vereadores António Augusto Torrão Vaz, Licínio Ramos Martins e Heleno da Costa Simões.----------

------- Faltaram os senhores membros da Assembleia Municipal José Baptista Rodrigues, José Carlos Vaz Gonçalves, Manuel João Ratão Português e Hélder Domingos Ramos Pais. Estando a faltar o Senhor Presidente da Assembleia, a sessão foi presidida pelo senhor primeiro secretário que chamou o senhor deputado Aníbal Alves do Rosário para fazer parte da Mesa. ----------

------- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. ----------

------- Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente. ----------

------- Pelo senhor segundo secretário, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. ----------

------- Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e Votação das atas da sessão de vinte e cinco de Abril de dois mil e dezasseis. ----------

------- Não tendo havido correções a introduzir na ata, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a ata à votação, tendo sido aprovada por maioria com as abstenções dos senhores deputados Serafim João e Merência Machado que manifestaram o seu sentido de voto por não terem estado presentes na última sessão. ----------

------- Ponto Um Ponto Três) – Período para Intervenções. ----------

------- Usou da palavra o senhor vereador Heleno da Costa Simões. Disse: “O que me traz aqui é um agradecimento, a todos os Presidentes de Junta das Freguesias e à Câmara Municipal, pelo apoio que foi dado no último rastreio do cancro da mama. Aos Presidentes de Junta, pela distribuição das convocatórias. Nós recebemos a informação de que a unidade iria estar no Centro de Saúde de Vimioso muito em cima da hora, e achamos que pelo correio a convocatória, poderia chega fora de horas. Então, pedimos aos presidentes de junta e tivemos a colaboração de todos. Muito obrigado. Também ao Senhor Pre-

sidente da Câmara, pela colaboração logística que prestou tanto no transporte dos utentes, como agora, também na ida ao Porto à consulta de aferição na Liga. Nós vamos ter este rastreio da mama de dois em dois anos, portanto, desde já fica, o pedido de colaboração às juntas de freguesia. O Centro de Saúde faz o seu papel e creio que o faz bem. Nós somos o concelho do distrito com maior taxa de adesão a este rastreio, portanto isto deve-se a todos e todos devemos colaborar no sentido de sermos cada vez melhores". ----------

------- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. ----------

------- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. ----------

-------Todos os senhores deputados e senhores presidentes de junta estavam na posse da informação escrita, enviada antecipadamente. ----------

------- Não houve intervenções/pedido de esclarecimentos. ----------

------- O Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que, dada a complementaridade dos dois pontos, fossem discutidos em conjunto mas que a sua votação ocorreria separadamente. ----------

------- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação da Modificação número:13 – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 3 do ano contabilístico de 2016. ----------

------- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação da Modificação número:13 – Revisão ao Orçamento da Despesa número 3 do ano contabilístico de 2016. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Agradeço as palavras do senhor vereador Dr. Heleno, também Coordenador do Centro de Saúde. A câmara não faz mais que a sua obrigação, isto é estar junto das populações principalmente atendendo à situação que se reporta. A prevenção é extremamente importante e estaremos sempre ao lado das populações, no sentido de que possam ter a melhor qualidade de vida. Era bom que não tivéssemos que fazer o transporte ao Porto, pois significa que as situações podem ser piores. Relativamente ao dois ponto dois, trata-se da terceira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e, como sabem, tratando-se de uma revisão tem que ter a aprovação e a votação por parte da Assembleia Municipal. Chamo a atenção exatamente para o documento aprovado em sede de reunião de câmara no dia trinta e um de maio, que reporta a integração de duas rubricas

que correspondem a duas obras, que tem a ver com a recriação volumétrica da torre do castelo de Vimioso, e com a intervenção de conservação e restauro na Igreja Matriz de Vimioso. Estão apenas dotadas com cinco euros cada uma delas, e foi retirado dez euros da beneficiação e conservação de edifícios. Porque a integração destas duas rubricas e porquê esta dotação tão simbólica? Apresentamos candidaturas ao Portugal vinte vinte-norte cultural e, para podermos fazer essa candidatura, tínhamos que ter a aprovação em reunião de câmara e integrada depois em termos de PPI. O que é que que isto significa? Significa que fizemos uma candidatura para restauro do altar-mor da Igreja Matriz de Vimioso e dos altares laterais, o altar das almas e o altar de S. José, e também, para o restauro do teto da capela-mor as pinturas da Igreja Matriz de Vimioso. Trata-se, como sabem, de um edifício classificado e, portanto, reúne as condições para poder ser candidatado. O projeto foi elaborado pela Direcção da Cultura do Norte, a candidatura foi feita por nós e, se a candidatura vier a ser aprovada, poderemos realizar a obra, e aí dotá-la-emos com o valor necessário, porque teremos o dinheiro dos fundos comunitários. Relativamente à recriação volumétrica da torre do castelo, como sabem, onde hoje é o arquivo, foi o castelo de Vimioso. Existe a base, ao lado onde era mesmo a torre do castelo. Quando fizemos o projeto do arquivo, ao projetista foi também encomendado uma recriação do que seria a torre do castelo de Vimioso. Na altura não tínhamos verba para o fazer, como hoje não temos, mas também fizemos essa candidatura aos fundos comunitários. Se vier aprovada uma vez que já temos projeto aprovado pelo IPPAR, ainda que de forma condicionada, haverá ali uma ou outra alteração. Se houver dinheiro far-se-á a obra, se não houver dinheiro não se fará. Em síntese, trata-se da integração dessas duas eventuais empreitadas, porque se trata de locais classificados como património. Obviamente que o dois ponto três reporta exatamente a alteração ao orçamento da despesa, isto é, se vamos ter obra vamos ter despesa, ainda não incluímos aí a receita, mas de qualquer das formas é essa a alteração ao orçamento da despesa, que diz respeito exatamente aos cinco euros para cada uma destas duas novas rubricas”. ----------

------- Não tendo havido mais intervenções ou pedido de esclarecimentos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o ponto dois ponto dois à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta

foi o mesmo aprovado por unanimidade. Ponto dois ponto três foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. ---

------- Ponto Dois Ponto Quatro) – Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano – Apreciação e votação da Proposta de Transmissões de Ações da Resíduos do Nordeste para o Município de Vimioso. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Como os senhores membros desta Assembleia poderam verificar, trata-se de duas questões. Primeira: alteração ao objeto da empresa Resíduos do Nordeste. Como sabem somos sócios, indiretamente, desta empresa. É uma empresa intermunicipal em que o sócio é a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano da qual nós também fazemos parte. Portanto, a Resíduos do Nordeste tem três sócios: Associação da Terra Fria, Associação da Terra Quente e Associação do Douro Superior. Na prática, na Terra Fria, já há alguns anos a esta parte, o habitual é, em vez de nós transferirmos o dinheiro para a Associação de Municípios da Terra Fria e ela pagar à Resíduos do Nordeste, pagamos nós diretamente à Resíduos do Nordeste, e na Terra Quente acontece exatamente a mesma coisa. Isto é, ainda ontem chegou a faturação do mês de maio, e portanto vem diretamente para a Câmara Municipal. Porquê? Porque os nossos técnicos avaliam e fazem a verificação dessa fatura e nós fazemos o respetivo pagamento. O que é que se pretende? Pretende-se uma alteração em que o sócio deixa de ser a Associação de Municípios da Terra Fria e passa a ser Vimioso, Bragança, Miranda e Vinhais, neste caso, e na Terra Quente acontece a mesma coisa. Eu penso que os da Douro Superior ainda não querem fazer essa transferência da Douro Superior para os municípios. Não vemos problema absolutamente nenhum, só vemos benefícios. Porquê? Porque a empresa da Resíduos do Nordeste é uma empresa financeiramente boa, o que significa que o capital da própria câmara fica fortalecido, em vez de ser da Associação de Municípios da Terra Fria. Segunda: poderão verificar, no artigo quarto, há uma alteração ao objecto. A alteração ao objecto relaciona-se com o ponto dois ponto nove. É referido que a empresa Resíduos do Nordeste vai poder atuar noutras áreas, nomeadamente na água e saneamentos. Para lá de outras que até aqui não podia. Para quê? Para nós podermos vir a constituir dentro da Resíduos do Nordeste, pelo menos os municípios da CIM, à exceção

de Miranda do Douro, que ainda não decidiu aderir. Aquilo a que nós chamamos não é uma nova empresa, mas um departamento de águas e saneamentos. É disto que se trata, esta alteração aos estatutos e também a autorização para que as quotas que nós temos, através da Associação dos Municípios da Terra Fria, passem a pertencer ao município de Vimioso na quota respetiva e que é a mais pequena porque também é o município mais pequeno, obviamente, mas é aquilo que está definido e portanto passaria diretamente para o município".----------

------- Usou da palavra o senhor deputado José Granado. Disse: "Para ficar mais esclarecido, alguém fez aqui uma pequena adenda ou correção vemos aqui no b um x".----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Como sabem, ao fazermos parte de uma nova empresa, aliás volta hoje aqui também a questão das termas, da Associação das Termas de Portugal, só se efectivará com a autorização do Tribunal de Contas. Mas quem vai tratar deste processo é a própria Resíduos do Nordeste para tratar tudo em conjunto e daí, sair este ponto porque é a Resíduos do Nordeste que vai tratar, sendo obrigatória a nossa documentação, em especial a certidão da Assembleia Municipal. Há uma eliminação porque diz assim: objecto de fiscalização prévio do Tribunal de Contas porque não somos nós que o vamos fazer, é a Resíduos do Nordeste, donde sai daqui. O que aqui está é uma proposta de deliberação. Se reparar, logo na página um, proposta de deliberação que foi à reunião de câmara e nós na reunião de câmara já não decidimos que vai ao Tribunal de Contas porque é a Resíduos do Nordeste que o vai lá levar". ----------

------- Não tendo havido mais intervenções ou pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do senhor deputado José Granado. Colocado à votação, em minuta, o mesmo foi aprovado por unanimidade. --

------- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2015. ----------

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Como poderão ver, na deliberação da reunião de câmara, trata-se de uma questão técnica, neste caso financeira, em que, a exemplo de anos anteriores, apurado o resultado líquido do exercício de dois mil e quinze, verificamos que cumprimos aquilo a

que a legislação nos obriga. Relativamente ao valor dos setecentos e vinte mil quatrocentos e trinta e oito euros e vinte e oito cêntimos. Se repararem na página dois, obrigatoriamente é transferido a proporção mínima de cinco por cento, que corresponde a quarenta e dois mil duzentos e trinta e seis euros, para a conta cinquenta e sete ponto um, relativa às reservas legais. A quantia de vinte por cento para a conta cinquenta e um, e o remanescente deliberamos transferi-lo ou permanecer na conta cinquenta e nove, resultados transitados. Trata-se de uma questão meramente técnica". ----------

------ Não tendo havido mais intervenções ou pedido de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. ----------

------- Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e votação da Consolidação de Contas de 2015 do Município de Vimioso. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Também a exemplo dos anos anteriores, como os senhores deputados bem sabem, a empresa municipal só foi extinta no final do ano passado e, portanto, atendendo a que é a Câmara Municipal que tem influência dominante, melhor, total na empresa municipal, decorre que temos de fazer a consolidação de contas, embora haja referência a outras entidades, mas aquela em que temos a influência dominante é na empresa municipal. Daí vir a consolidação de contas respetiva também aprovada em reunião de câmara, no dia trinta e um de maio, portanto, decorre de uma obrigação estritamente legal". ----------

------- Não tendo havido intervenções ou pedido de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. ----------

------ Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação da Certificação Legal das Contas Consolidadas 2015 do Município de Vimioso. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Como sabem, nós somos auditados por uma sociedade de revisores de contas que analisou as contas da câmara municipal, e também tem que emitir o respetivo parecer relativamente à consolidação de contas. Na verdade não faz sentido estarmos a votar um documento externo, porque a responsabilidade é apenas dos audi-

tores externos. Refere, no ponto sete, que se encontra em fase de implementação, pelo município, o sistema de contabilidade de custos que o iniciamos este ano e, por essa razão, não é possível emitir opinião sobre o mesmo. Mas, relativamente ao ponto oito, que é a síntese que reporta e passo a citar, "em nossa opinião exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso existisse a limitação descrita no parágrafo sete, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente revelantes a posição financeira consolidada do município e sua subsidiária em trinta e um de dezembro de dois mil e quinze, bem como o resultado consolidado das suas operações no exercício findo daquela data em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor das autarquias locais. Portanto, é só mesmo para nós podermos apreciar e tomar conhecimento, não vamos votar um documento de um auditor externo". ----------

------- A Assembleia tomou conhecimento. ----------

------- Ponto Dois Ponto Oito) – Processo de Adesão do Município de Vimioso à ATP – Associação das Termas de Portugal – Apreciação e votação da Assembleia Municipal à necessidade de apresentação dos documentos referidos, pedidos pelo Tribunal de Contas. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Como bem sabem, já esteve nesta Assembleia, já votamos a adesão do Município de Vimioso à Associação das Termas de Portugal. Mas, como sabem, para nós aderirmos, há uma lei que determina que tem que ter o visto do Tribunal de Contas. Eu repito, vamos pagar por ano de quotização penso que mil ou mil duzentos e cinquenta euros, e o orçamento da Associação das Termas de Portugal, o que foi apresentado para este ano, e eu tive oportunidade de estar presente nessa reunião em S. Pedro do Sul, embora ainda não sendo associado mas como convidado, é cerca de setenta/oitenta mil euros. Mas o Tribunal de Contas, mesmo assim, faz estas exigências como puderam ver as exigências que vêm aí. Nós já temos preparada a resposta para o Tribunal de Contas a cada um dos pontos, se quiserem que eu leia ou então posso dar-lhes cópia desta resposta, mas eu, depois, gostava que esta resposta ficasse transcrita em ata para depois enviarmos como certidão da ata para o Tribunal de Contas como documento oficial:

"1. Demonstre que se encontram preenchidos os requisitos legais estatuídos no artigo 56.º, n.º1, da Lei n.º 50/20012, de 31 de agosto:

a) Clarificando quais os fins de relevante interesse publico local que a participação do Município na "Associação das Termas de Portugal", doravante designada por A.T.P., visa prosseguir.

A ASSOCIAÇÃO DAS TERMAS DE PORTUGAL (A.T.P.) constituiu-se no dia 16 de Dezembro de 1996, em resultado do processo de reestruturação da ANIAMM - Associação Nacional dos Industriais de Águas Minero Medicinais e de Mesa.

A A.T.P. é uma associação sem fins lucrativos que visa a promoção e o desenvolvimento técnico, económico e social do termalismo e das termas portuguesas.

A Associação tem por fim o estudo e desenvolvimento dos interesses relativos ao termalismo e às estâncias termais, competindo-lhe para tanto, promover e praticar tudo quanto possa contribuir para o respetivo progresso técnico, económico ou social e nomeadamente:

1. valorizar, a nível nacional, a projeção socioeconómica dos setores nela integrados;

2. unir todos os associados com vista à defesa dos seus legítimos interesses e ao exercício comum dos seus direitos e obrigações;

3. representar os associados junto de quaisquer entidades públicas ou privadas, bem como de organizações patronais e de trabalhadores;

4. possibilitar um diálogo objetivo, eficaz e fundamentado com as organizações de trabalhadores em ordem à obtenção de um clima saudável de paz social;

5. efetuar estudos económico-jurídicos, de mercado, técnicos e outros destinados a promover um harmónico crescimento do setor;

6. possibilitar e fomentar as ligações e contactos com organismos similares e estrangeiros;

7. apreciar e fomentar as iniciativas de interesse para o setor;

8. diligenciar no sentido de se obter uma disciplina do setor sem menosprezo de uma sã concorrência;

Atendendo que podem ser Associados da A.T.P., as empresas e entidades, públicas e privadas, que se dediquem, em território nacional, à gestão e exploração de balneários termais, o Município de Vimioso pretende a adesão à A.T.P. pois esta associação desenvolve um conjunto de iniciativas, previstas nos seus estatutos, conducentes à valorização e promoção do setor termal, onde o nosso Município já se integra, pois possui o Complexo Termal da Terronha.

b) Enquadramento e fundamentando legalmente a atividade da A.T.P. no âmbito das atribuições do Município de Vimioso.

O n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro identifica as atribuições dos municípios, nas quais está elencado o domínio "saúde".

Ao longo da história que a humanidade procura benefícios para a saúde pelo uso de águas ou vapores termais. Há no termalismo vertentes essenciais de saúde que se pode enquadrar em aspetos de prevenção, tratamento ou de reabilitação.

Sendo a A.T.P. uma associação que visa a promoção e o desenvolvimento técnico, económico e social do termalismo e das termas portuguesas, a sua atividade enquadra-se no âmbito da atribuição no domínio da "saúde" prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2. Nos termos do artigo 32.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 50/20012, de 31 de agosto, aplicável por força do disposto no artigo 56.º, n.º3, conjugado com o 53.º n.º2, ambos do referido diploma demonstre, documentalmente que:

a) A decisão de participação do Município na ATP tomada pelos órgãos municipais foi precedida dos estudos técnicos, nomeadamente do plano de projeto, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento, demonstrado a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira da ATP.

Foram apresentados aos órgãos municipais os estatutos da A. T. P. (ANEXO 1), assim como, os relatórios de atividades da mesma referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015, e plano de atividades de 2016, remetidos em anexo (ANEXO 2) onde constam todas as atividades e as contas dos referidos exercícios, permitindo avaliar as atividades desenvolvidas e a sustentabilidade económica e financeira da A. T. P..

b) Os estudos incluem a justificação das necessidades que se pretende satisfazer, a avaliação dos efeitos da atividade da entidade sobre as contas e a

estrutura organizacional do Município, assim como a ponderação de benefício social resultante para o conjunto de cidadãos.

O Município de Vimioso considera que a participação na Associação das Termas de Portugal é uma mais valia, porque sendo esta autarquia detentora do complexo termal, que explora, entende tratar-se de uma infraestrutura relevante nesta zona de fronteira, pelo que, a participação na Associação das Termas de Portugal irá beneficiar o setor termal com o desenvolvimento de conjunto de iniciativas, previstas nos estatutos desta associação, conducentes à valorização e promoção do mesmo setor.

A Associação das Termas de Portugal visa a promoção e desenvolvimento técnico, económico e social do termalismo e das termas portuguesas a nível nacional, tendo, designadamente, como objetivo a projeção socioeconómica dos setores nela integrados.

O Município de Vimioso considera que o termalismo tem relevância económica para o concelho, nomeadamente para a economia local, associado ao turismo e à saúde.

A participação do Município na A. T. P. terá como encargo direto e imediato no ano de 2016, uma quota de 1.200,00€ e uma joia no montante 600,00€ (equivalente a 50% da quota anual), para os anos seguintes prevê-se o encargo direto de 1.200,00€/ano referente à quota anual. Não estão previstos quaisquer outros encargos indiretos imediatos e futuros, uma vez que de acordo com a alínea a) do n.º7 dos estatutos da A.T.P. apenas está previsto como dever do associado, pagar pontualmente as quotas fixadas pela Assembleia Geral.

Deste modo, e atendendo às características específicas da A.T.P. entende-se que o benefício social e económico resultante desta participação é muito superior aos efeitos, da mesma, sobre as contas e a estrutura organizacional do Município.

3. Indique todas as entidades que participam na A. T. P., a respetiva natureza jurídica e a sua representatividade em termos percentuais.

A Associação Termas de Portugal informou que tem atualmente 38 associados e remeteu um mapa onde indica todas as entidades participantes, a respetiva natureza jurídica e a sua representatividade em termos percentuais (ANEXO 3).

4. Discrimine quais os encargos diretos e indiretos, imediatos ou futuros que envolve a participação do Município na ATP.

De acordo com a tabela de quotas em vigor desde 1 de janeiro de 2007, remetidas em anexo (ANEXO 4), a participação do Município na A. T. P. terá como encargo direto e imediato no ano de 2016, uma quota de 1.200,00€ e uma joia no montante 600,00€ (equivalente a 50% da quota anual), para os anos seguintes prevê-se o encargo direto de 1.200,00€/ano referente à quota anual.

Não estão previstos quaisquer outros encargos indiretos imediatos e futuros, uma vez que de acordo com a alínea a) do n.º7 dos estatutos da A.T.P. apenas está previsto como dever do associado, pagar pontualmente as quotas fixadas pela Assembleia Geral.

5. Remeta cópia:

a) Do texto integral da deliberação dos órgãos executivo e deliberativo do Município, relativa à participação na ATP, incluindo estudos e propostas, bem como os pressupostos justificativos do relevante interesse público local, acompanhadas das respetivas propostas (cfr. artigo 53.º, n.º1, da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto)

b) Do regulamento interno da ATP (versão integral), caso exista.

A Associação Termas de Portugal informou que não tem qualquer regulamento interno regendo-se apenas pelos seus estatutos (ANEXO 1).

c) Da deliberação da Assembleia Geral da Associação onde é fixada e aprovada a joia e a quotização anual a suportar pelos associados (se existir).

A Associação Termas de Portugal remeteu a fotocópia da ata n.º15 da Assembleia Geral da Associação onde é fixada e aprovada a joia e a quotização anual a suportar pelos associados (ANEXO 5).

6. Remeta o comprovativo, extraído do sistema informático de apoio à execução orçamental, do registo do compromisso assumido com a presente despesa em 2016 e nos anos seguintes, com evidência da respetiva numeração e data de registo.

(ANEXO 6)"

O Tribunal de Contas coloca várias perguntas, e o objetivo fundamental é dizer que, para nós, pertencermos a esta associação, faz todo o sentido porque

temos termas, não só a nível do conhecimento mas também da troca de informação, e até da possibilidade de candidaturas, designadamente para a formação dos funcionários que possa vir a ocorrer. Existindo uma Associação das Termas de Portugal, tendo nós termas e não fazer parte é que me parece que não faz muito sentido. Portanto, as respostas vão nesse sentido". ----------
------- Não tendo havido intervenções ou pedidos de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, o mesmo foi aprovado por unanimidade. ----------

------- Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e votação do Memorando de Entendimento relativo à agregação dos Sistemas de Água e Saneamento dos municípios que integram a CIM-TTM. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Este memorando de entendimento representa uma vontade de oito municípios da CIM, à exceção de Miranda do Douro, poderem vir a criar, uma empresa de água e saneamento em baixa. Pretendemos fazer a alteração ao objeto da Resíduos do Nordeste para ela poder também ter ação a nível das águas e do saneamento para lá de outras atividades. Como sabem, ainda nesta semana, tivemos cá novamente uma auditoria do ERSAR – Entidade Reguladora de Sistemas de Água e Saneamento. Também sabem perfeitamente que o nosso município, a exemplo de outros, não cumpre aquilo que o ERSAR determina, isto é, não cumpre o princípio do consumidor pagador. Só a título de exemplo, no ano de dois mil e catorze, temos um défice em águas e saneamento, na ordem dos quinhentos mil euros. Não será esse o número total porque não estamos aqui a contabilizar a água que gasta a câmara nos edifícios, nos jardins, no campo de futebol, que gastam as juntas de freguesia, que algumas associações não lhe é contabilizada. Isto é, a câmara tem um custo superior às receitas: Ora, isto não pode acontecer. Só há uma solução: é aumentar as tarifas para mais do dobro. E nós nem somos o município que tínhamos que aumentar mais! Vejam as limitações: estão abertas candidaturas ao POSEUR até ao final deste mês, em que um dos critérios da candidatura, (nós vamos fazê-la e com a certeza que será chumbada, mas vamos fazê-la por causa depois termos esse argumento nós e outros municípios) diz lá claramente é o investimento ter de servir dez mil habitantes. Não os temos! Como é que nós cumprimos esse critério desse concur-

so, não cumprimos. O quê que isto significa? Que há uma pressão enorme no sentido de criar sistemas agregados. Temos duas hipóteses: ou nos integramos nas Águas do Norte, mas que agora volta a ser revertida essa reforma e voltam a criar-se as outras empresas, daí a alínea f ou, nós, municípios, criamos uma agregação para os sistemas de água. Qual é a nossa posição? Nós estamos disponíveis para integrar com os outros oito municípios, e outros que queiram vir a associar-se. Há essa possibilidade de Carrazeda, de Freixo, de Moncorvo e outros poderem vir a querer fazer parte desse sistema multimunicipal de águas e saneamento, ou se esta empresa, entendam empresa com novos objetos, não vier ou não conseguirmos que que tenha êxito na sua constituição e funcionamento, não restará outra hipótese ao município se não vir a integrar as Águas de Trás-os-Montes ou as Águas do Norte, seja o que lhe chamarem. Porquê? Porque nós não temos capacidade de fazer os investimentos que são necessários na renovação de redes, nem temos capacidade, ou nem nos passa pela cabeça aumentar o tarifário de uma forma abismal para compensar os custos. Portanto, temos duas alternativas. Na nossa opinião, a melhor alternativa é os oito juntarmo-nos e fazermos aqui uma agregação dos sistemas de água, com uma vantagem para nós. Como sabem, nós não pertencemos nem estamos nas Águas de Trás-os-Montes e bem, isto permite-nos o quê? Qualquer que seja a decisão da Câmara e da Assembleia. Nós entregamos tudo, alta e baixa. Os outros municípios não podem entregar tudo, porque a alta não é deles está nas Águas de Trás-os-Montes. Como sabem, têm querido sair e não conseguem porque as Águas de Trás-os-Montes e o Governo não autorizam. Mas Vimioso como não está, ao integrar esta nova empresa ou, em segunda alternativa às Águas de Trás-os-Montes entrega tudo, integra a chamada alta e a chamada baixa, e portanto, passaremos a ser clientes desta empresa integrada na Resíduos ou das Águas de Trás-os-Montes. Há uma questão clara: as tarifas vão ter que subir, não há dúvidas sobre isto. Agora há uma coisa que também é clara, criando na Resíduos do Nordeste, a tarifa de Bragança, de Mirandela, de Macedo, de Vimioso, de todos os que lá estiverem, é igual para todos, isto é, a água vai ter o mesmo preço nos municípios que estiverem integrados nesta associação. E, também, terá o mesmo preço nas Águas de Trás-os-Montes porque eles vão ter que criar uma tarifa depois uniforme para todos os municípios. Só assim se resolve o problema do défice tari-

fário. Isto não significa que não possa existir regulamentação que se acautelem situações sociais prementes, como pessoas mais idosas, pessoas com menos recursos, instituições e tudo o mais. Pode e aí terá que ser a câmara, através de um regulamento de apoio especial, a suportar essa parte. Mas eu costumo dizer, nem que a gente gaste na mesma os quinhentos mil euros em apoios e naquilo que a câmara tem de pagar, mas ficamos com o problema resolvido perante o ERSAR e a possibilidade de fazer investimentos. Volto a referir, passa tudo absolutamente tudo, para esta nova empresa, e repito, esta é a melhor solução. Porquê? Porque são os municípios que vão controlar o aumento das tarifas. Serão sempre os municípios que decidem. Se vai para as Águas de Trás-os-Montes são as Águas de Trás-os-Montes que decidem porque ela tem a maioria do capital, tem cinquenta e um por cento. Também dizer-lhes que, relativamente aos resíduos, em dois mil e catorze, a câmara pagou, à Resíduos do Nordeste, duzentos e vinte mil euros, da recolha e tratamento dos resíduos, e cobrou aos munícipes trinta mil. Há aqui um défice de cento e noventa mil euros. Portanto, a câmara municipal, neste aspeto, tem sido ela a suportar estes custos para não os fazer refletir nos munícipes, para já ainda não fomos alertados por a entidade reguladora, mas não significa que não venhamos a sê-lo. Esperamos, em dois mil e vinte, que é quando finalizam os contratos, podermos renegociá-los, porque os contratos feitos em dois mil, faziam tal como os municípios que entraram nas Águas, previam um aumento da população e nós sabemos o que está a acontecer. Outros serviços que o contrato previa, que as empresas se agarram a esse caderno de encargos e que nós não temos hipótese. Imaginem lavar uma rua no inverno! Não faz grande sentido mas está no caderno de encargos”. ----------

------- Usou da palavra a senhora deputada Maria Merência Machado. Disse: “Eu não tinha percebido bem, mas agora percebi, se os sistemas da alta, no nosso caso, estavam ainda agregados ao município. Portanto e agora percebi que sim. Concordo inteiramente com este assunto porque acho que a água é realmente o bem mais essencial. É um recurso natural que é de todos, é dos munícipes e assim deve continuar. Se a gestão, em vez de ser individualmente ser agregada, portanto como o Senhor Presidente explicou, e como eu li no documento for mais viável, quer economicamente quer a nível de eficiência pois tanto melhor. Agora salvaguardar a titularidade dos sistemas. Acho que

também está aí, porque será sempre nossa, e ter em conta também realmente a parte social, acho que deve existir uma atenção nas tarifas a nível social, famílias numerosas, instituições essas coisas todas. Já agora uma atenção especial às redes, porque eu noto que às vezes a água sai turva, deve-se, talvez, à antiguidade de serem já velhas as canalizações. Podendo, daqui para a frente as coisas evoluírem a novos tarifários e haver uma melhor eficiência, e que haja também um melhor atendimento ao consumidor. Acho que a água é muito importante e como pairava aquela ideia de concentrar as altas e privatizar as baixas, os sistemas da baixa é que eu não concordava de maneira nenhuma porque isso iria tornar a água mais cara e enriquecer possivelmente algumas empresas que não vivam à custa de um recurso que é de todos e para todos". -------- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: "Este assunto da água é um assunto que nos deve fazer pensar e pensar muito bem, e há umas certas condicionantes, aqui, que eu gostava de as ver esclarecidas porque penso que não se podem esclarecer já de momento, mas gostava que ficassem registadas para depois ter algum cuidado no futuro. Quando falamos em territórios de baixa densidade populacional, somos sempre tratados e penso que temos que afirmar a nossa posição. Embora sejamos poucos, temos direito a viver. Se assim não for, que fechem de uma vez por todas isto, se não temos direito quando somos poucos o que é que andamos aqui a fazer? Somos poucos e não nos podemos candidatar a fundos comunitários, será que isto é justo? Se fazemos tantos sacrifícios em ficar por aqui, em vez de sermos tratados de uma maneira diferenciada mas positiva, somos tratados de uma maneira negativa por sermos poucos. Os sistemas da água, todos nós sabemos que há pessoas que de certeza ajudaram a construir alguns, feitos pelas populações, eram feitos para o bem comum, e quando falamos do bem comum, de um bem essencial devemos ter algum cuidado. Ficam-me aqui algumas dúvidas. Uma delas são os trabalhadores, os trabalhadores do município, o que vão fazer? Para onde é que vão? Outra questão, a futura privatização da água, porque o capital nunca vai parar enquanto não conseguir ter a água que é um bem essencial, para nos tentarem explorar para no-la vender. Isto não vai parar até que os donos do dinheiro consigam vender-nos a água ao preço que querem, e vão sempre continuar a bater-se pela sua privatização. Penso que esta solução intermunicipal dos municípios, desde que haja vontade dos municípios, espe-

ramos que o desejo seja esse, de a defender e de a ter na posse dos municípios, porque os municípios representam as pessoas, e é para as pessoas que existe. Outra questão que me deixa sempre alguma dúvida: nós pagamos os nossos impostos também é para termos água, é para termos algumas coisas, e o dinheiro da câmara também vem desses impostos, penso eu dos que pagamos. Esta obrigatoriedade de pagamentos é claro que o Governo exige às câmaras que assim façam, nós já pagamos para isso, pagamos para a água, pagamos para a saúde, pagamos para a educação, pagamos para isso tudo para termos estas coisas, todos nós sabemos o que pagamos. Esperamos que os municípios da CIM-TTM e outros façam deste departamento desta empresa e que segurem a água na posse pública durante muito tempo, e que tenhamos a sensibilização de ver o que se faz com os trabalhadores, porque hoje em concelhos como o nosso, se não forem as câmaras a segurar algumas pessoas por aqui, qualquer dia fechamos a porta e temos que ir cada um por esse mundo fora, porque depois essas empresas não estão preocupadas com isso". ---------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Só alguns esclarecimentos, eu penso que esta proposta e esta intenção dos oito municípios vem exatamente ao encontro das preocupações que aqui foram demonstradas. Privatização: se for dos municípios não vai ser privatizada, correto. Se for das Águas de Trás-os-Montes como têm cinquenta e um por cento não sei se o podem privatizar ou não. Questão de reivindicar junto do Governo: ainda no último conselho regional, que decorreu na terça-feira em Guimarães, a CIM-TTM apresentou um documento exatamente a reivindicar um tratamento de justiça para com os territórios de baixa densidade. Nós não queremos excluir o Porto, não queremos, agora não queremos é que o Porto nos exclua a nós da NUT II, o problema é esse! Assistiram ao que se passou, querem dar vinte milhões só a cinco municípios da área metropolitana do Porto, isto não faz sentido absolutamente nenhum. Independentemente disso, e a posição do Presidente da Câmara de Vimioso no contributo que deu para esse documento, foi de alertar para o agravamento das assimetrias litoral e interior e interior interior. Como sabem há três municípios que pertencem aos PEDUS e depois os outros municípios pertencem aos PARUS. Os seis juntos têm menos do que o município que tem menos do PEDU. Isto não faz sentido absolutamente nenhum, e estou convencido que vai ter que haver uma reformulação a esse nível do pró-

prio quadro comunitário. Quanto aos trabalhadores: os trabalhadores serão sempre da câmara municipal, sempre, portanto esta questão com os trabalhadores fica perfeitamente assegurada”.----------

------- Não tendo havido intervenções ou pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do senhor deputado José Manuel Granado Afonso. Colocado à votação, em minuta, o mesmo foi aprovado por unanimidade. ----------

------- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia propôs e foi aceite, que dada a complementaridade dos dois pontos, fossem discutidos em conjunto, sendo que a sua votação decorreria separadamente.----------

------- Ponto Dois Ponto Dez) – Apreciação e Votação da Modificação número:15 – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 4 do ano contabilístico de 2016. ----------

------- Ponto Dois Ponto Onze) – Apreciação e Votação da Modificação número:15 – Revisão ao Orçamento da Despesa número 4 do ano contabilístico de 2016. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A exemplo do que discutimos no dois ponto dois, no dois ponto dez, estamos a integrar cento e sessenta e seis mil euros para a remodelação de recintos desportivos. Porquê? Porque o Estádio Municipal de Futebol, o consórcio das empresas que ganhou o concurso nunca conseguiu cumprir integralmente o caderno de encargos, isto é, nunca nos conseguiu entregar a certificação FIFA que era obrigatória no caderno de encargos. E ao longo destes anos, vinham-nos dizendo que iam conseguir, que estavam a tratar do assunto. Houve algumas intervenções no campo como alguns puderam ver, mas a verdade é que até à data não o conseguiram. Numa primeira fase, em reunião de câmara, nós deliberamos acionar as garantias, e temos que comunicar obviamente às empresas que constituem o consórcio e que ganhou o concurso e que executou a obra. Depois cancelamos esse accionamento das garantias porque eles se comprometeram a resolver o problema. Não o conseguiram, e nós executamos as garantias. O dinheiro das garantias já está do lado da câmara municipal. Ora tendo executado as garantias temos que nós resolver o problema. Estamos já a preparar um concurso parar pôr um novo relvado no Campo de Futebol de Vimio-

so. Vamos ter mais um bocadinho de custos mas também vamos ficar com um campo novo e com garantia de dez anos. O ponto dois ponto onze tem a ver exatamente com a despesa que se vai realizar na sequência dessa introdução na rubrica e é isso que nós pretendemos. Ainda relativamente ao dois ponto dez, para lá do relvado, aparece aí a beneficiação da estrada Vimioso/Pinelo 218.2 TRAMO mil cento e dezassete Rio Maçãs. Como sabem penso que em dois mil e dez ou dois mil e onze, fizemos um protocolo com a então Estradas de Portugal hoje Infraestruturas de Portugal, em que nós recebemos algumas estradas e eles deram-nos dinheiro para as requalificar, uma delas é a estrada de Pinelo. Outra estrada é a que vai para as termas e que passa do outro lado para Caçarelhos, ainda o troço de estrada entre a rotunda de Carção e a aldeia de Carção. Todas passaram a ser estradas municipais. A de Pinelo, como sabem, já desde a década de noventa que devia ter sido da câmara. Entretanto, fomos lançando as obras. Vamos também lançar um concurso público para beneficiação da ponte sobre o Rio Angueira junto do parque de merendas da Junta de Freguesia de Vimioso. Tinham-nos dito que aquela ponte custaria entre os oitenta e os cem mil euros. Quando nos enviaram o primeiro projeto ia para mais de duzentos mil euros. Então nós paramos e não beneficiamos o troço que vai do cruzamento de Vale de Pena ao Rio Maçãs, o resto está beneficiado. Depois, as Estradas de Portugal vinham a dizer que deixamos passar o prazo. Não deixamos porque o dinheiro não dava para tudo e não correspondia aquilo que eles tinham dito e que estava no protocolo, que a ponte custaria na ordem dos setenta a cem mil euros. Após várias reuniões e de vários argumentos e contra argumentos, as Estradas de Portugal reconheceram que nós tínhamos razão e fizeram uma adenda ao protocolo, que temos este ano e o próximo para concluir. Por isso, já lançamos o concurso para a beneficiação do troço que vai de Vale de Pena ao Rio Maçãs. Esta obra vai ser integralmente paga por dinheiros da Infraestruturas de Portugal que já estavam no primeiro protocolo, e que agora aceitaram concluí-lo. E, depois, ainda ficará uma verba remanescente que será para a ponte sobre o Rio Angueira. Essas duas obras vão ser feitas com o dinheiro do protocolo e, daí, esta revisão número quatro e também uma alteração ao orçamento da despesa”. ----------
Não tendo havido intervenções ou pedidos de esclarecimentos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o ponto dois ponto dez à votação tendo

sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. Ponto dois Ponto Onze aprovado por unanimidade, colocado à votação, em minuta, foi também aprovado por unanimidade. ----------

------- Ponto Dois Ponto Doze) – Conhecimento da Assinatura do Acordo por termo à Ação Comum – Helicóptero de Macedo de Cavaleiros. ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Como foi do conhecimento de todos chegamos a um acordo, os doze municípios do distrito de Bragança com o INEM. Como sabem nós interpusemos várias providências cautelares para impedir a saída do helicóptero do INEM, ARS Norte, enfim, com o Ministério da Saúde. Em boa hora conseguimos chegar a acordo com o Ministério da Saúde e, portanto, em Macedo de Cavaleiros foi assinado este acordo para pôr termo à Ação Comum e que foi homologado pelo Senhor Ministro da Saúde. Todos os municípios no total gastaram cerca de sessenta mil euros, o município de Vimioso gastou cinco/seis mil euros, mas acho que valeu a pena, porque o helicóptero mantêm-se em Macedo de Cavaleiros, e mantêm-se, como aí podem ver, com um médico e um enfermeiro. Na primeira versão do protocolo não referia o médico e enfermeiro, mas na versão final foi assegurado. Terminou este braço de ferro com o Ministério da Saúde e, portanto, é só para dar conhecimento a esta Assembleia, já foi dado também à reunião de câmara da assinatura deste acordo". ----------

------- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: "Ora meus senhores também temos boas notícias e esta foi uma delas, e não quero deixar de valorizar aqui a luta que as câmaras do distrito de Bragança, tiveram para que isto hoje fosse possível o helicóptero de Macedo de Cavaleiros fique aqui na nossa zona definitivamente para nos servir e que já tem salvo vidas no nosso distrito. Mas também não quero deixar de realçar na época e no tempo em que isso foi possível, foi possível com o Governo do Partido Socialista e apoiado por outros partidos na Assembleia da República. Portanto, deixo aqui isto em aberto, faz sentido lutarmos por algumas coisas e esta foi uma delas. Houve empenhamento das câmaras, várias forças políticas e chegou-se a um êxito, esperamos que isto sirva de exemplo para que, noutras alturas, perante outros governos, seja este o caminho que tem de seguir". ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Registar a intervenção do senhor deputado José Freire. De facto ocorreu nesta altura, mas

também dizer-lhe, que apesar das ações comuns era sempre possível ao Governo tê-lo retirado anteriormente e nunca o fez, podia-o fazer legalmente e nunca o fez. Depois, também, dizer-lhe que o helicóptero veio num Governo do Partido Socialista que fechou os centros de saúde à noite e fechou maternidades. Foi esse mesmo Governo desse mesmo partido que fez isso, não se esqueça disso. Tem razão numa coisa, quando as câmaras municipais se unem na defesa de interesses comuns, nós conseguimos. Espero que, nas águas também, o consigamos e que noutras o possamos conseguir, e o meu contributo enquanto Presidente da Câmara de Vimioso, tem sido exatamente no sentido de conseguir os consensos dentro da CIM para que as coisas possam funcionar. Penso que isso é público, sou eu, e outros, obviamente, que tenho tido essa preocupação, porque Vimioso é quem ganha mais com isto. Por essa razão, não pelos meus lindos olhos, Vimioso é quem mais ganha com isto, quem é pequeno tem que criar união porque a união faz a força, e nós sozinhos nunca o conseguiremos. Mas esta luta do helicóptero é de facto a prova e não só das autarquias. A população civil, como sabe, teve um papel determinante neste processo. Não foram só as autarquias, foi também o movimento popular que se gerou na defesa da manutenção do helicóptero, e ainda bem que ele ficou”.

------- Ponto Dois Ponto Treze) Outros assuntos de interesse para o Município. ----------

------- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira. Disse: “Queria aqui alertar para a necessidade de uma intervenção no caminho que vai de Argozelo a Pinelo que está bastante danificado devido às chuvas que ocorreram já este ano. Como é um caminho de ligação entre duas freguesias, e principalmente agora de verão que vai haver aquele acesso à ribeira para o pessoal ter um bocadinho de lazer, e como vão lá passar viaturas pequenas era bom que fosse lá feita uma intervenção entre a junta de Pinelo, junta de Argozelo e câmara municipal, principalmente do lado de Pinelo que está pior. Era só deixar este alerta já que quase é impossível termos alcatrão para lá porque os custos são muito elevados, mas uma intervenção digna de tal”. ----------

------- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Queria deixar aqui o meu testemunho de umas pequenas notas, se bem se lembram, o ano passado mais ou menos por esta altura, toda a gente se regozijou bem com a subida do Argozelo, pois este ano também estamos de parabéns, e

para mim muito gratamente, e não só para mim, também o Águia conseguiu o mesmo feito. Vamos todos pugnar pelo Águia. Ainda bem Senhor Presidente que o desporto em Vimioso existe, mas há sempre um “mas” e, nessa altura, aqui o meu amigo Toni dizia assim: “sim senhor estamos de parabéns, e a formação?” E eu também alertei um bocadinho para a formação, não está aqui hoje o Manuel João Português dizia: “os garotos de Vimioso”, e esse projeto morreu pouco ou nada se viu, isto é que eu lamento. Eu sei que a câmara vai apoiar o Águia, espero bem, quero deixar aqui o registo, e dar os parabéns a todos que estão integrados no projeto do Águia e força Águia. Outra coisa também me regozija, a mim especialmente, fiquei muito satisfeito mesmo ver reconhecido o Castelo de Algoso como maravilha do nordeste, vamos fazer esforço para tirar dividendos disso”. ----------

------- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Não tive oportunidade de falar com o representante da junta de freguesia de Caçarelhos de Angueira mas, neste momento, faz todo o sentido no parque de merendas de Angueira, haver lá um pequeno espaço destinado para as crianças: um pequeno escorrega, um baloiço. Todas as aldeias têm, onde basicamente, em algumas delas, não haverá tantas crianças a frequentar determinados espaços. Ali, por vezes aos fins-de-semana, há algumas crianças e os pais têm que estar ali sempre com a preocupação para que não vão para a água ou coisa do género, e se houver um pequeno espaço mais retirado de uma determinada zona para elas se entreterem, faz todo o sentido aquele parque ter um pequeno espaço um simples escorrega e um baloiço. Depois, também uma chamada de atenção, infelizmente, há praticamente um ano, houve uma pessoa que faleceu ali. Eu penso que naquele preciso local deveria haver ali uma proteção na estrada, um rail de proteção porque, a partir desta altura do ano, com a tendência que as pessoas têm e ainda bem a ir para aquele local, qualquer condutor que venha no sentido em direção a Angueira, ao chegar à ponte, tem sempre a tendência de olhar para o parque de merendas e, pode haver ali mais alguma distração, e se houvesse uma proteção naquele canto, talvez se uma vida já teria sido, isso não sabemos, preservada. Mas para evitar mais males que possam vir a acontecer, penso que ali uma pequena proteção faz sentido, porque tem uma queda bastante acentuada como ficou patente o ano passado”. --------

-- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Também não queria

deixar de felicitar, o Águia Futebol Clube pela subida à terceira divisão. Deve-nos encher de orgulho a todos os Vimiosenses e a todo o concelho de Vimioso. Há outro ponto que também não quero deixar de referir que, no dia um de Julho, vai entrar o novo horário de trabalho, já foi aprovado, já foi homologado, e no dia um de Julho os trabalhadores do município vão começar a fazer outra vez as trinta e cinco horas. Foi uma luta na qual participei muito como sindicalista, e penso que se fez justiça, tarde, mas fez-se justiça. Houve oportunidade de a termos feito de outra maneira, não se fez, mas isso são tempos passados, mas hoje espero que a câmara, de uma forma harmoniosa, regresse outra vez aquilo que nunca devia ter mudado e tinha sido possível não mudar". ---------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: " Relativamente às questões senhor deputado Manuel Oliveira, de facto a água este ano fez o que fez, temos estado a trabalhar, já começamos a desmatar as estradas municipais, e com a chuva de ontem e com o sol de agora se calhar as que foram cortadas vão ter de o ser novamente. Já verificaram também que alguns jardins continuam com erva, mas é manifestamente impossível dar resposta a tudo, é a GNR a solicitar para ir devastar ao pé do posto de vigia, depois é alguém a pedir. Os nossos funcionários têm andado de um lado para o outro incansáveis, os sapadores florestais já estão a fazer serviço que não está integrado objetivamente do que é a tarefa deles, exatamente para socorrer essas tarefas. A questão dos caminhos é a mesma. As máquinas têm estado a funcionar, houve uma ou outra que avariou, penso que já está o problema mecânico resolvido, portanto elas hão-de trabalhar para resolver esses problemas. A câmara municipal também aprovou um voto de louvor pelo êxito do Águia. Foi nos seniores masculinos e femininos portanto também foram campeãs distritais em futsal feminino. Quanto à questão da formação ela existe, há é cada vez menos alunos a frequentá-la. Sei de um bom jogador que começou aqui no Vimioso, e que hoje os pais o levam para Bragança e continua a ser um excelente jogador, porque cá já não havia jogadores para fazerem esse nível. Participaram no futebol de salão, não participaram no futebol de onze do que nós dizemos do relvado exterior, porque infelizmente não há crianças para poder fazer as equipas. Eles vão subindo nas idades e por vezes uns desistem e outros não, mas este ano ainda houve um escalão no futebol de salão. Quem nos dera a nós que na formação houvesse mais miúdos a participar. Mas já agora, por exemplo, mui-

tos deles quiserem ir frequentar aulas de Karaté, se calhar os pais também não os põem em tudo, portanto quando os põem numas coisas não os põem noutras. Nos cursos sócio-educativos, há muitos alunos a praticar outras atividades e esse é o nosso objetivo. Mas, se houver alunos inscritos para essa formação, a câmara municipal continuará, sem dúvida, essa é a prioridade, apoiá-los. Relativamente ao Castelo de Algoso, foi feito obviamente um esforço por todos, escola, vereadores toda a gente e amigos para que houvesse de facto a votação. Acho que era quase indiscutível, dos que estavam à votação, não ser esse que ganhasse. Registo as sugestões do senhor deputado Jorge Fernandes relativamente às questões de Angueira, quer ao parque de merendas, quer à proteção, mas quanto, à proteção, está entregue aos técnicos da câmara, portanto a informação que temos é que logo que possível será resolvida. Quanto ao novo horário de trabalho, de facto, a partir de um de Julho, começa o novo horário de trabalho. Volto a referir ao senhor deputado José Freire o mesmo que referi desde o início. Cumprimos as quarenta horas que era o que estava na lei e aceitamos a pretensão dos trabalhadores de lhe pôr a jornada contínua. Estou em crer que, mais de noventa por cento dos trabalhadores, prefere a jornada contínua do que até o horário das trinta e cinco horas, eu estou em crer que a preferem. Mas a câmara, escrupulosamente, vai cumprir as trinta e cinco horas, e ser-lhes-á proposto, aos funcionários, duas possibilidades, uma hora e meia de almoço e sair às cinco e meia, ou uma hora de almoço e sair às cinco e a vontade maioritária dos trabalhadores será respeitada como sempre foi e sabe disso. Foram os funcionários, se calhar, só o senhor José Freire que é funcionário da câmara municipal não assinou, mas todos os outros funcionários que eu saiba assinaram o pedido de jornada contínua. Ora, um executivo que responde à solicitação ou ao interesse dos funcionários, se quiser mais do que isto, não sei. Não sei se sabe que eles agora, com as trinta e cinco horas, na câmara de Vimioso vão trabalhar mais do que do que trabalhavam até aqui, em termos de horas de trabalho. Aqui na jornada contínua em termos de horário de trabalho, vão trabalhar menos do que com as trinta e cinco horas, sabe perfeitamente disso que a jornada contínua tem a redução do horário de trabalho. Estarei sempre ao lado dos funcionários dentro da legalidade e, portanto, é isso que nós vamos fazer, e será proposto já pedi uma informação aos serviços. Porque quem se habituou a sair às quatro ou às cinco não vai querer sair

às cinco e meia, e principalmente nesta altura de verão. Se a maioria dos funcionários disseram: “não nós queremos sair às cinco e meia”, será o que eles quiserem, portanto mais abertura do que esta não pode existir. Agora, vir dizer que podia ter sido de outra maneira e não foi, foi da maneira que os funcionários quiseram. Quer maior abertura do que esta? Eu acho, sinceramente, de comum acordo com os funcionários fazer aquilo que eles consideram que preferem, e depois se em cem funcionários, noventa e nove querem uma coisa e há um que não quer, valha-me Deus estamos numa democracia”.---------- Usou da palavra o senhor deputado Serafim João. Disse: “Dar os parabéns muito sinceros pelo trabalho desenvolvido pela câmara municipal ao longo do ano no que diz respeito ao desporto escolar do Agrupamento de Escola de Vimioso. Também, de certa forma, tem contribuído para o sucesso desportivo de Vimioso, nomeadamente não só nos treinos como nos intercâmbio que fazemos com outras localidades, mas também o proporcionar o desportivismo quer da câmara quer da escola. Dar também os parabéns por todo o empenho e dedicação que teve e no apoio logístico e financeiro que contribuiu para o encerramento em beleza das atividades do ano lectivo. Penso que, este ano, suplantou as inscrições para o lanche convívio e até dos alunos que participaram nomeadamente na chuva de estrelas. Algumas pessoas poderão não gostar destas festas de final de ano mas, para nós, enriquece-nos, porque toda a comunidade educativa participa, fica contente e satisfeita e os alunos também têm que ter uma motivação, nem que mais não seja, no fim do ano, para depois enveredar por outros caminhos e por outras localidades, que nós não temos hipótese de o fazer aqui na nossa. Temos reivindicado, quer o Senhor Presidente quer a escola, no sentido de criar cursos que possam manter aqui os nossos alunos que, infelizmente, têm que ir para outros concelhos. Dar também os parabéns, e hoje estou numa de parabéns, mas acho que quando têm que ser dados têm que ser dados, por toda a movimentação que se gerou à volta dos cursos das várias freguesias que vieram, ao município de Vimioso à vila de Vimioso, apresentar todas as coreografias, quer de dança, quer de educação física, quer de Pilates quer uma série de atividades desportivas e culturais, que acho que é um dos pontos altos. Quer queiramos, quer não, Vimioso tem estas movimentações de final de ano e de meados de junho, porque nunca se vê tanta gente no Pavilhão Multiusos de Vimioso. Acho que é lindo, é colorido, acho

que valeu a pena e o município está de parabéns e toda a população de Vimioso e das várias freguesias estão de parabéns. Não queria deixar, também esquecer as freguesias que colaboraram connosco, para nos ajudar financeiramente para que as atividades e os prémios que foram dados aos nossos alunos, ao longo do ano, e todo o material que nos foram disponibilizando, penso que estamos todos de parabéns e as nossas crianças e os nossos alunos também." ----------

------- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse: "Não podia deixar passar a oportunidade de falar com algum sentimento de revolta naquilo que aqui já se falou hoje, que é apoio aos territórios de baixa densidade. Agora criou-se mais esse *slogan* para o povo não perceber patavina daquilo que se passa, daquilo que se pretende. Há muito tempo que oiço falar de apoio ao interior, é mais ou menos a mesma coisa, apoio aos territórios de baixa densidade. Já quase toda a gente se esqueceu, a propósito disto, do seminário que decorreu aquando das comemorações da atribuição do Foral a Vimioso, com aquelas ilustres personalidades académicos e políticos, que nos fizeram chegar de facto, algumas ilustrações políticas sobre as preocupações ou aquilo que deveria preocupar os municípios do interior. Houve um ex-secretário de Estado do anterior Governo do PSD, Leitão Amaro, que disse mais ou menos isto: porque se falou em água, é tempo de dotar os concelhos do interior, aqueles concelhos que tratam bem a água a montante, dum imposto de qualidade mais ou menos isto. O que é que seria um imposto da qualidade, se no Porto e em Lisboa consomem água de qualidade é porque a montante a água é bem tratada, se é bem tratada isto tem custos meus amigos. É tempo das associações de municípios, aliás é tempo e sempre foi e penso que têm reivindicado mais ou menos, não isto, mas outras coisas mais ou menos similares, era bom que não se esquecessem desta ideia. Falou o senhor Presidente da Câmara e muito bem que a água no Porto e em Lisboa é mais barata do que onde ela praticamente se produz. A água não se produz, a água cai do céu, a água nasce naturalmente, os níveis freáticos vão aumentando com as chuvas de inverno, isso não está em causa, mas quem produz a qualidade da água? A água para que, nos concelhos do litoral seja consumida com qualidade, são aqueles concelhos que a montante não a vão maltratando. E a propósito, também, de apoio aos territórios de baixa densidade, recordo as

palavras do professor Costa Andrade, estes seminários são brilhantes, é de apoiar, como o Serafim diz, todas as atividades quer sejam escolares quer sejam extra-escolares, quer promovidas pelo município, desde que mobilizem as pessoas, mobilizem vontades despartidarizadamente. É bom que todas estas iniciativas sejam apoiadas, e o professor Costa Andrade dizia: "seria a altura dos concelhos do interior criarem cursos superiores ou/e médios que não existissem noutros concelhos do país, por forma a repovoar as zonas do interior". Mais ou menos, neste âmbito, eu proporia o seguinte, ia um pouco mais longe, a exemplo daquilo que fez a França no pós-guerra. A França, no pós-guerra, ficou dizimada materialmente e humanamente, ainda agora passa um filme na TV2 que aconselho a ver, que é uma aldeia francesa onde o filme reflete bem as preocupações. os problemas que França viveu no pós-guerra e, em mil novecentos e cinquenta a França apoiou isto. Fala-se em medidas de apoio. A preocupação, neste momento, deveria ser de facto um pouco como fez a França, criar medidas de apoio à natalidade. A principal preocupação do interior, estamos fartos de discutir isto, a questão social é uma questão humana, a principal preocupação tem que passar por medidas de apoio à natalidade. E, só se apoiam, criando de facto condições de descriminação positiva que se fala desde sempre. Eu oiço falar em descriminação positiva desde o Estado Novo, desde que o Américo Tomaz veio aqui a Algoso. A descriminação positiva nunca aconteceu. Falou-se do helicóptero. São preocupações, sim senhor, preocupações pontuais, são preocupações de ordem global, genérica, essas não existem e a França adotou as seguintes medidas: apoio à natalidade, cada filho conta para a reforma de cada individuo oito trimestres. Oito trimestres são dois anos de bonificação no tempo de reforma, já viram bem isto. E depois, em França, dizem assim: "em França os marroquinos, os argelinos vivem sem trabalhar, mas se vivem sem trabalhar é porque produzem filhos, produzem aquilo que há de melhor para salvaguardar a humanidade, é produção de carne humana. Desculpem falar assim, e a salvação e o apoio aos territórios de densidade populacional reduzida. Há um grande escritor português que dizia que aquilo que de melhor Portugal produzia era carne humana para a exportação. Isto não é novidade. Falo agora em produção de carne humana. As únicas instituições que, no nordeste interior ou que no interior de todo o país, que desenvolvem políticas de apoio social, de apoio aos desfavorecidos, de apoio à nata-

lidade ainda são as câmaras. São subsídios “Bebé do ano”, apoio aos nascimentos, livros escolares gratuitos por forma a manter mais ou menos os nossos alunos ainda onde eles nasceram e residem. Porque é que, por exemplo, o abono de família é trinta e sete euros o escalão médio, é de trinta e sete euros em Vimioso e é trinta e sete euros em Lisboa. Porque é que não há-de ser cinquenta e sete em Vimioso e trinta e sete em Lisboa. Porque é que, em Vimioso, os nossos idosos não hão-de ter o tal apoio que eu disse há bocadinho que fez a França, oito trimestres de apoio, mas aqui, não é em Lisboa. As medidas não podem ser transversais, as medidas têm que ser de apoio às zonas de densidade reduzida, densidade humana de pouca população. Porque é que estes benefícios, porque é que um processo de pensão é mais rápido despachar em Lisboa porque está perto do jogo de decisão. Em Lisboa, demora um mês e em Bragança demora um ano, e todos vocês conhecem situações deste género. Porque é que não há-de haver um login de decisão de despacho intermédio ou primeiro em Bragança? São estas questões, estes apoios ou estas medidas de descriminação positiva que, há tanto tempo, se fala e que nunca foram aplicadas, estas e outras que eu não conheço mas que podemos discutir, são estas questões que deviam finalmente ser implementadas. Os nossos filhos, em Vimioso, os vossos filhos em Vimioso não podem ser beneficiados ou beneficiários das mesmas condições que é um filho de um concidadão nosso em Lisboa ou no Porto não pode, com toda a sinceridade. O abono de família tem que ser discriminatório, os apoios às pensões de velhice tem que ser discriminatório, a tal tarifa da água tem que ser discriminatória, sempre pela positiva e era tempo que isso acontecesse. Não são questões pontuais, o helicóptero, claro tudo isso nos cria vantagens, ou o melhor de tudo isso nos combate desvantagens. Não cria vantagens só nos combate algumas desvantagens, porque é sabido que as vantagens, na área da saúde, continuam a ser muitas, é sabido que há recursos humanos clínicos e há aqui dois que em Bragança não se dão nem de perto nem de longe, similares aos de Lisboa ou do Porto. E é sabido que, por exemplo, ao passo que em Lisboa e no Porto há dotação de recursos humanos a vários níveis da saúde, e em Bragança há alguma escassez de recursos”. ----------

------- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Aproveitando a embalagem do António Santos, subscrevo por baixo tudo aquilo que ele disse.

Disse coisas muito interessantes e que fazem mesmo a nossa alma aqui do nosso concelho. Mas, ao longo da vida, nós vamos tendo estas lutas, e eu sou um daqueles que estava e continuo a estar na regionalização sempre e que lutei muito para que isso fosse possível, para tirarmos algum poder a quem nos tem governado, independentemente ser do PSD ou do PS ou do CDS, como temos sido sempre governados por essa gente. Nessa luta, estarei sempre na defesa das regiões desfavoráveis, que é a nossa que é uma das mais despovoadas e, por conseguinte, mais desertificadas. Mas essa luta vai-me acompanhar até ao fim dos meus dias, porque eu acho que nós devemos ter uma diferenciação no tratamento. Há várias maneiras: será até nos dias de férias dos funcionários, será no IRS, será de várias maneiras e alguém terá obrigação de lutar por isso, são as pessoas que nós elegemos para que nos defendam nesse sentido, só assim é que é possível. Não é possível fazer as pessoas que, não vou aplicar aqui o termo do Toni, mas que tenham filhos dar mil euros ou dar cinco mil ou cinquenta mil não, é preciso dar esperança para o futuro. Infelizmente temos sido governados por pessoas que não nos dão esperança para o futuro, que nos criaram incerteza, desde o corte de algumas coisas que fomos conseguindo ao longo da vida, que mexeram muito com as nossas vidas e assim as famílias não acreditam. Porque todos nós temos, se calhar, família e amigos e somos aqui muito poucos, mas quem é que não tem aqui gente que foi para o estrangeiro nestes últimos dez anos? Pouca gente há. É isto que nós temos que alterar, esta política de desesperança que foi criada entre nós, e esperamos que agora o caminho seja o inverso. Vamos ver, no fim havemos de somar uma ideia daquilo que realmente estes malucos como costumam dizer, de esquerda andam a fazer. Portanto, depois daqui a uns anos, havemos de apreciar essa política a ver se nos leva a algum caminho ou não leva, também, até agora o caminho que nos tem trazido, a política de direita nunca foi muito boa também para aqui para a nossa zona, esperamos que no futuro possamos dizer e aí já as pessoas se poderão queixar com razão, não valeu a pena. Outra questão, não querendo entrar aqui em confronto com o senhor Presidente, que disse a verdade, e só a verdade quanto ao horário de trabalho. Mas também eu não perco a minha verdade, também era possível continuarmos no mesmo horário, quando oitenta por cento das câmaras do país também estavam com as trinta e cinco horas. Há um abaixo-assinado, que assinaram todos

os trabalhadores, mas eu também me comprometo trazer o abaixo-assinado de todos os trabalhadores da câmara que assinaram o primeiro o abaixo-assinado em contrário, posso trazê-lo e vou trazê-lo para dar a todas as pessoas para que isto de uma vez por todas fique claro. Há uma coisa que eu não admito que algum dia fuja à verdade. É verdade o que o senhor Presidente disse é verdade, fez o que os trabalhadores quiseram, mas muitos deles pressionados por algumas pessoas e que não deviam ter sido, e que têm muita responsabilidade nesta câmara. Outra coisa que também não quero deixar, há bocado esqueci-me, de agradecer à câmara municipal o transporte que nos facultou, para fazermos uma festa de todos os funcionários do distrito de Bragança feita em Bragança, assim como já foi feita cá em Vimioso e a câmara também colaborou, e esperamos que, no futuro, continue a colaborar. Estas coisas também temos que as dizer, e muito obrigado na pessoa do Senhor Presidente por nos ter dado esse apoio e nos ter facilitado o transporte". ----------

------- Usou da palavra o senhor deputado Serafim João. Disse: "Queria deixar também aqui um repto ao Senhor Presidente que é o seguinte: falamos de várias intenções, de várias festividades, de várias manifestações, da desertificação e de outras situações que nos afligem. Mas queria também saber embora às vezes as pontes possam ser um leva e um trás, como se costuma dizer, queria saber qual era o ponto, ou que explicasse a esta Assembleia qual é o ponto da situação da ponte entre Carção e Vimioso". ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Relativamente à primeira intervenção do senhor deputado Serafim João, de facto a câmara municipal, refiro, tem a obrigação de colaborar com as instituições e principalmente no apoio à educação que é uma das nossas prioridades. E volto a referir que ainda na última reunião do Conselho Municipal da CIM esteve cá o Senhor Delegado Regional de Educação do Norte e voltei-lhe a questionar, e já pedi uma reunião ao Senhor Ministro da Educação, quais são as alternativas para os alunos de Vimioso que têm que frequentar o ensino secundário fora. Porque é que não hão-de ter apoio ao transporte, porque é que não hão-de ter apoio ao alojamento, uma vez que é uma obrigatoriedade criada pelo Governo. O Senhor Delegado Regional disse que me iria dar uma resposta logo que possível e espero, também, que o Senhor Ministro da Educação me possa marcar a reunião que lhe solicitamos. Mas, permitam-me que destaque aqui não só o

encerramento do ano letivo mas, fundamentalmente, os cursos sócio-educativos, porque felizmente começaram por ser só idosos a aderir e hoje já são cursos intergeracionais e nós vemos lá desde crianças até aos mais idosos. Deixo aqui o meu reconhecimento ao Centro Sócio-Cultural porque tem tido uma participação ativa nisto, às Juntas de Freguesia que se têm disponibilizado e feito todos os esforços para que estes cursos sejam uma realidade, e ao CLDS que também começou a participar nestas iniciativas. Há cursos de música, de pintura, de bordados, de ginástica, de Karaté, de informática. Isto é aquilo que as pessoas vão pedindo, no sentido de quebrar o isolamento que nos meses de inverno, é muito maior, mas sobretudo de lhes proporcionar esta confraternização, esta partilha de experiências, e este encontro que é fundamental nas nossas aldeias. Acho que é importante, toda a gente gosta de mostrar o resultado do seu trabalho, portanto, no dia doze de junho, devemos ter aí o encerramento dos cursos. Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta António Santos, eu corroboro e assino por baixo e tenho continuado a lutar para que de facto os territórios de interior, há quem fale de baixa densidade, mas eu falo de territórios de interior, porque Arouca é um território de baixa densidade mas faz parte da área metropolitana do Porto, não tem as mesmas dificuldades que temos nós. Esta questão de querer chamar-lhes os nomes diferentes, só lhe chamaram territórios de baixa densidade, para que esses de baixa densidade que estão ao pé dos centros urbanos possam ter benefícios. Chamem-lhe exatamente aquilo que eles são territórios sem igualdade de oportunidades, quando a mim me perguntam, mas o que é o interior? É falta de igualdade de oportunidades, é disto que se trata claramente. Porque é que os alunos do secundário de Vimioso têm que pagar do bolso ou ter apoio da câmara, para pagar residência, para pagar transportes, para cumprir uma obrigatoriedade, e não me canso, em todo lado onde me dão voz de referir isto. Esta é uma das grandes desigualdades para lá de outras. A questão da água, outras questões, é que nós temos defendido que seja tratado igual o que é igual, diferente o que é diferente. Há-de haver um conjunto de medidas, podemos dizer que os mil euros ao Bebé que não resolve, bem se não tomarmos nenhuma é que não resolvemos nada. Agora, às vezes, as medidas têm que ser simbólicas para quê? Para despertar a consciência daqueles que têm maior responsabilidade do que nós temos, mas se calhar já não é tão simbólico fornecer os livros

a todos os alunos da primária, não é simbólico estender as AEC"S ao pré-escolar, não é simbólico os alunos irem a visitas de estudo e nunca pagarem nada, que paga a câmara, isso não é simbólico. Custa à câmara mas é um investimento exatamente na educação. Depois, relativamente ao senhor deputado José Freire, quanto à regionalização nem o atual Secretário de Estado do Partido Socialista e Primeiro-ministro nem o atual Presidente do PSD querem a regionalização, sabe disso, nem um nem outro a quer, e por isso é que andam aqui com a história da descentralização. Já percebeu isso, nem um nem outro a querem, já o disseram afirmativamente que não querem a regionalização. Porque se a quisessem faziam um referendo, imediatamente, e não andávamos aqui com esta história da descentralização, porque, quer queiramos quer não, enquanto se faz e não se faz as assimetrias agravam-se, não há dúvidas sobre isto. Era uma coisa muito simples, dinheiros dos fundos europeus transfiram segundo o critério os objetivos e transparentes para as CIM"S que nós cá sabemos administrá-lo. Porque é que há-de ir para a CCDR? Sabe que foi dito no Conselho Regional pelo ainda, está de saída, Presidente da CCDR-n, houve candidaturas para os núcleos empresariais, nós não apresentamos porque temos a nossa zona industrial, mas candidaturas aprovadas, (as candidaturas são claras, são objetivas, são feitas pela plataforma do Portugal vinte vinte, portanto deviam ser totalmente). Sabe que o Governo chamou a si todas as candidaturas para agora as avaliar? Isto faz sentido? Se estão válidas, se umas têm mais mérito que outras devem ser financiadas as que tem o mérito, é assim que as coisas devem funcionar, porque é que o Governo tinha que as chamar a si, não percebemos, não faz sentido nenhum, isto é centralismo não é mais nada. É que isto de falar de descentralização é muito complicado. Olhe, pode ser que as vacas voem. Relativamente ao abaixo-assinado que vai trazer e gostava que o trouxesse a esta Assembleia, a pedir as trinta e cinco horas, faça-se acompanhar da maioria dos funcionários que assinaram esse abaixo-assinado, que o que me transmitiram é que o assinaram para fazer uma petição à Assembleia da República, não para fazer isso. Repare, sobre funcionários vou-lhe dizer isto, e tenho provado e feito, para mim os funcionários são sagrados, e portanto estarei sempre ao lado dos funcionários. Agora não me podem é pedir para cometer ilegalidades, isso eu não cometo, seja este Governo seja qual for tem a legitimidade para legislar, e a lei é igual para todos.

Portanto, não foi assinado o acordo porque como sabe os funcionários solicitaram a jornada contínua, foi essa a razão e o senhor deputado sabe perfeitamente. Esses funcionarios assinaram essa petição, esse abaixo-assinado que diz porque estavam tão convencidos que era para entregar na Assembleia da República porque já tínhamos aceite que era a jornada contínua antes, e sabe também perfeitamente que enquanto isso não ficou esclarecido que estiveram uma semana com as quarenta horas, sabe disso. Eu podia perfeitamente dizer: "voltamos ao horário antigo, hora e meia para o almoço e saem às cinco e meia", mas se a lei permite que haja uma hora de almoço, e a maioria dos funcionários quiserem porque é que não havemos de fazer, não vejo inconveniente nenhum, sabendo que não há ilegalidade. Quanto à última intervenção da questão do senhor deputado Serafim João estrada de Carção-Vimioso, há algumas evoluções de facto positivas, felizmente. Vamos ver se estes bons indícios se concretizam. Como sabem, eu solicitei uma reunião nas Infraestruturas de Portugal e fui recebido, e depois promovi aqui em Vimioso, e decorreu no dia sete de junho, uma reunião em que estiveram presentes duas técnicas das Estradas de Portugal, a responsável pelo estudo de impacto ambiental e que acompanham esses processos, três responsáveis da EDP um deles Diretor, Diretor do ICNF-n das áreas protegidas que é o Dr. Armando Loureiro, portanto é o responsável do ICNF na zona norte e estiveram presentes também os sócios gerentes da empresa a quem nós pedimos um parecer que de alguma forma contestasse, como veio a contestar, aquele pedido de informação que eu aqui lhes dei conhecimento. Essa reunião decorreu no dia sete de junho e correu muito bem, o que significa que a pressão política, às vezes, tem importância. Ficou decidido, que são necessários dois anos para o estudo de impacto ambiental, e havendo um esforço objetivo por parte da Infraestruturas de Portugal, nós podemos chegar ao final deste ano com o estudo de impacto ambiental concluído para ser submetido à aprovação. Porquê? Porque a EDP comprometeu-se a dar toda a informação que tem sobre o corredor por onde irá passar a ponte e os respetivos acessos. A EDP tem muita informação porque, como lhes disse, nesta área estão a ser implementadas medidas compensatórias do aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor, sendo que nenhuma das medidas compensatórias interfere com o traçado proposto. A medida mais próxima fica a duzentos metros, mas isso não significa que não tenha implicações

na área. Volto a repetir, estamos perante uma área de rede natura que é a SIC e ZPE. A EDP já forneceu alguma dessa informação, já houve, novas reuniões entre Estradas de Portugal e a EDP. O Diretor do ICNF, o Dr. Armando Loureiro, comprometeu-se que teria um técnico sempre disponível para todas as reuniões com as Estradas de Portugal, no sentido de acompanhar o processo do estudo do impacto ambiental. Penso que o Dr. Carlos Pedro Santos, aqui de Mogadouro, que estará sempre disponível para acompanhar este processo. E, de facto, o parecer que nós solicitamos a uma empresa de consultadoria, em termos ambientais, foi também muito importante porque eles vêm dizer que, em termos ambientais, é muito melhor para a conservação da natureza e das espécies o novo traçado desativando o atual troço. Porquê? Porque é uma zona muito melhor de nidificação de aves e de proteção do ambiente, e mesmo as espécies, havendo viadutos passam muito melhor por baixo, basta ver agora cobras ou lagartos ou o que seja a morrerem aí nessa estrada. A reunião correu bem os técnicos das Infraestruturas de Portugal levaram essa informação, também ficaram muito contentes com essa informação, e perante o primeiro estudo que já têm e face àquilo que agora se pode enriquecer, eu estou convencido e vou continuar a fazer essa pressão. Ainda ontem falei com um dos responsáveis da Infraestruturas de Portugal, no sentido de pelo menos, até ao final do ano, ser submetido o processo à Comissão para dar parecer esperemos que positivo, e tem tudo para que possa ser positivo o estudo do impacto ambiental. Só a partir daí é que se poderá passar para o projeto de execução, mas esse pronto depois já são questões técnicas que a empresa que ganhou o concurso resolverá. O importante agora é resolver o estudo do impacto ambiental. Também nos foi dito, pelo Diretor do ICNF-n, que o mais importante nesta obra é exatamente a fase de execução. Por exemplo, entre o mês de fevereiro e junho eles não autorizam rebentamentos, não autorizam barulhos porquê? Porque são os meses de nidificação das aves. Autorizam alguns trabalhos, mas trabalhos que impliquem muita perturbação da área eles não autorizam, o que significa que as Estradas de Portugal ou os empreiteiros vão ter que se adaptar também a esses calendários. Mas isso é o menos, em vendo começar, acabar, meio ano mais cedo ou meio ano mais tarde não é significativo. É neste momento, o ponto da situação. Queria agora alertar que aquela ideia que eu deixei de criarmos aqui obstáculos à implementação das medidas do Baixo Sa-

bor, e termos aqui uma atitude forte com as associações que o estão a fazer. Agora, temos que começar a fazer ao contrário, porque senão a EDP fica com a informação e não no-la dá. Ou seja devemos ter cautela, mas não devemos criar obstáculos ou uma atitude rígida perante isto. Eles não têm estado a implementar as medidas, ainda estamos em conversações com a EDP, no sentido de conseguir mais alguns benefícios, sendo que já há abertura do fundo do Baixo Sabor para que o município de Vimioso se possa candidatar ao eixo das medidas de conservação da natureza. Não aquelas que mais queríamos que era obra material, a essa não nos vão deixar os outros municípios, mas no que respeita à conservação da natureza, eles poderão ou deixam que a gente se possa candidatar, tal como a EDP já mostrou abertura para os munícipes de Vimioso e as empresas e os particulares poderem vir a candidatar-se ao programa de empreendedorismo da EDP. Este trabalho é difícil porque ficamos sempre com a dúvida se alguém quer investir vinte ou vinte e dois milhões numa estrada de dois quilómetros e oitocentos e, portanto, ultrapassadas as questões ambientais, não tenho dúvida que se vão depois colocar outras questões, mas passo, a passo". ------- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: "Já me custa falar neste assunto mas é uma questão de honra e aqui tenho que falar. É em defesa da honra, tenho que falar. Não é para entrar em contradição com o Senhor Presidente, muito longe disso, não estou aqui para ver a sua opinião pessoal. Agora eu represento e sou coordenador de uma instituição que tem oitenta mil sócios e tem que ser tratada com dignidade, exijo que seja tratada com dignidade, seja o Presidente da Câmara, sejam os deputados seja quem for. Não fui eu que fiz o abaixo-assinado e não admito que alguém ponha em causa que os representantes do STAL foram negligentes ou não foram corretos na recolha das assinaturas, isso é um golpe muito baixo e eu não admito. Eu fui eleito por oitenta mil votos para a Direção Nacional do meu Sindicato e tenho que ser respeitado, seja quem for que o diga, esses funcionários fugiram à verdade. Porque os funcionários, quando assinam uma coisa, devem-na ler e o que eles assinaram e está lá muito claro, e eu vou trazer o abaixo-assinado para tirar essa dúvida, que era para solicitar ao Senhor Presidente para fazermos um acordo coletivo de trabalho. Não o fizemos paciência, não o fizemos porque não nos entendemos o sindicato e a câmara, e é desse ponto que temos de assumir, não é acusando uns nem outros. Não o

fizemos porque não chegamos a acordo, foi esse o facto porque não fizemos o acordo coletivo de trabalho e penso que temos de ficar por aqui. Agora que sejam postas as pessoas representantes do STAL aqui na câmara que fizeram isso de uma maneira encapotada como ficou aqui nesta Assembleia, não admito. No abaixo-assinado foram recolhidas assinaturas, assim como engenheiros da câmara andaram a recolher de pessoa em pessoa de ir a um funcionário daqui à ponte de Argozelo para assinar, digo aqui e mantenho e provo, para assinar esse abaixo-assinado isso foi verdade. Agora, os delegados do STAL aqui fizeram o abaixo-assinado de boa-fé para tentarmos chegar a um acordo, não chegamos paciência, não chegamos porque a câmara de Vimioso e o STAL não se entenderam. Não podem dizer que o STAL fez de má-fé, não é nenhum grupo de loucos nem de garotos que anda aqui a tratar das coisas. Porque ainda o Senhor Presidente era candidato e recebeu uma carta assinada por mim, ainda era candidato à câmara, muito antes da alteração do horário recebeu uma carta assinada por mim a pedir e a sensibilizá-lo para vermos a questão do horário que ia sair, e não volto a falar nisto, nunca mais, por amor de Deus, enterro e nunca mais, e nem culpo o Senhor Presidente, culpo é a câmara que não chegamos a acordo". ----------

------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Quer dizer ouviram as últimas palavras, "não culpo o Presidente culpo a câmara". Então, quem é o Presidente da Câmara? De quem é a última decisão, valha-me Deus, não vamos tapar o sol com a peneira. Eu só lhe disse traga os funcionários que assinaram, foi o que me transmitiram, o que me disseram foi que tinham dito que era para fazer uma petição para a Assembleia da República, tanto é que já estava negociada a jornada contínua com eles, para que é que tinham necessidade de assinar outra? Esta é a prova mais evidente. Agora não há aqui golpes baixos, eu não o acusei de golpes baixos, o que eu disse foi que os funcionários me transmitiram que lhes tinham dito, que o abaixo-assinado era para uma petição para a Assembleia da República. Eu não falei em golpes baixos, essas palavras foram suas, e sempre que o STAL pediu reuniões à câmara foram recebidos, não pode dizer o contrário, e continuam a ser tratados como uma associação sindical ou como um sindicato como outro qualquer, tenho o máximo respeito. Não se esqueça que eu sou funcionário público e não esque-

ço essa minha origem e essa minha condição, eu não deixei de ser professor, eu continuo a ser funcionário público. Diz que a câmara não se entendeu com o sindicato. Não, a câmara entendeu-se com os trabalhadores, eu acho que isto é o mais importante, independentemente dos sindicatos. Com quem é que o Presidente da Câmara tem que se entender primeiro? Mais, esse sindicato quantos trabalhadores representa nesta câmara Municipal? Quantos? Diga? Nem metade dos funcionários representa que são cento e vinte ou mais. Está ver que nem metade dos funcionários representa? Mas não pode dizer também que a câmara não se entendeu, eu não disse isso. Só estou a dizer que o seu sindicato, nesta câmara, não representa nem cinquenta por cento dos funcionários, portanto estamos conversados. Volto a dizer-lhe, para mim os funcionários são sagrados, dentro da lei, o que for possível ser feito, farei em consonância com a vontade da maioria. Agora, se houve um funcionário da câmara que foi recolher uma assinatura de um funcionário, sabe porquê? Porque quanto mais depressa tivessem as assinaturas, mais depressam tinham a jornada contínua, enquanto não as tivessem não a podia aplicar, está a perceber? Foi só essa a questão. E, agora, pergunte aos funcionários se gostam da jornada contínua, ou se preferiam outra, todos eles dizem, porque aquilo que eu dei aos funcionários foi aquilo que eles pediram e que acharam que era o melhor para eles. Então, quer dizer o Presidente da Câmara, não é o Presidente da Câmara, é a câmara! O Presidente da Câmara responde àquilo que a maioria, eu diria que noventa e nove por cento dos funcionários querem, e se eu respondo a isso acha que é preciso mais alguma coisa, eu acho que não. Mas o sindicato é contra a jornada contínua? Então se não é, não é preciso mais nada, mas eu não preciso de assinar acordo quando as coisas estão resolvidas. Não diga que não houve entendimento, o entendimento já existia. Para que é preciso depois assinar papéis? Olhe uma coisa, eu respeito o seu papel enquanto dirigente sindical e respeitá-lo-ei sempre porque respeito os funcionários. A partir do momento em que há um acordo em que os funcionários aceitam a jornada contínua, a pedido deles, para que é que a câmara está a fazer mais acordos? E repito, o sindicato nem sequer representa cinquenta por cento dos funcionários da câmara. Espero não voltar a falar nisto e vou-lhe responder sempre a mesma coisa, para mim os funcionários são sagrados e dentro da lei procurarei responder às solicitações dos funcionários, e é isso que vou fazer”. ----------

------ Ponto Três) PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. ----------

------- Não houve intervenções. ----------

------- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

_____

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

_____

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

_____